

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

### Identificação

Área de Avaliação: **CIENCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS**

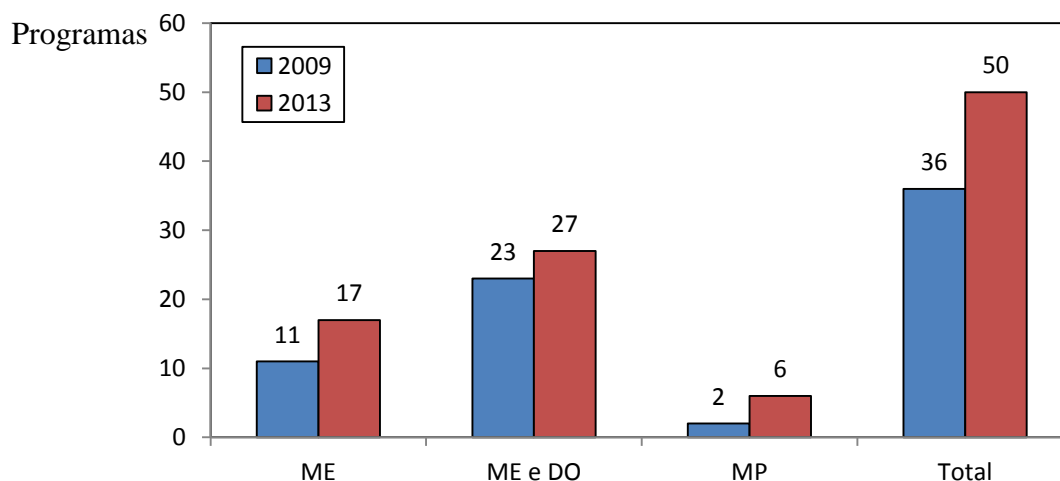
Coordenador de Área: Maria Beatriz de Abreu Gloria (UFMG)

Coordenador-Adjunto de Área: Roseane Fett (UFSC)

Coordenador-Adjunto de Mestrado Profissional: Marco Antonio Furtado (UFJF)

### I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área

A área de Ciência de Alimentos está inserida na grande área de Ciências Agrárias. Atualmente a área conta com 50 Programas de pós-graduação, sendo 44 acadêmicos, dos quais 27 possuem os níveis de mestrado (ME) e doutorado (DO) e 17 possuem apenas o mestrado. São seis (6) os mestrados profissionais (MP), o que equivale a 12% dos Programas existentes na área. Como indicado na Figura 1, houve um crescimento significativo da área em relação a 2009, com um aumento de 40% do número de Programas. O aumento mais significativo foi em relação aos mestrados profissionais que apresentaram um aumento de 200%.

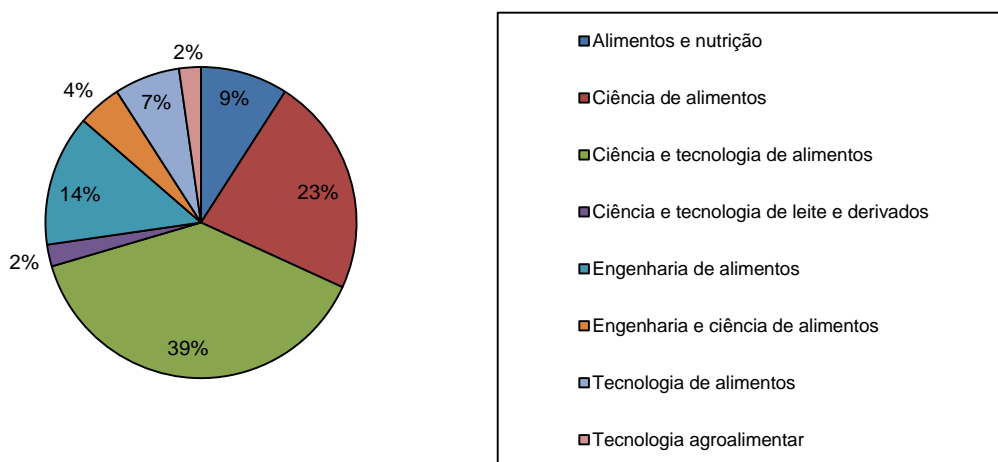


**Figura 1.** Número de programas de mestrado (ME), mestrado e doutorado (ME e DO) e mestrado profissional (MP) e total de programas na área de Alimentos (2013).

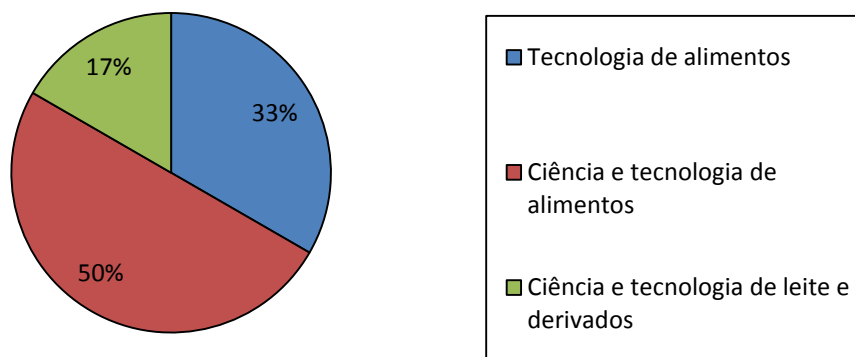
Em relação à denominação dos programas na área, os acadêmicos apresentam diversas denominações, dentre elas, Ciência de alimentos, Ciência e tecnologia de alimentos, Ciência e

### DOCUMENTO DE ÁREA 2013

tecnologia de leite e derivados, Tecnologia de alimentos, Alimentos e nutrição, Engenharia de alimentos e Engenharia e ciência de alimentos. A proporção destes programas está indicada na Figura 2. Por outro lado, os mestrados profissionais são denominados de Tecnologia de Alimentos, Ciência e tecnologia de alimentos e Ciência e tecnologia de leite e derivados (Figura 3).



**Figura 2.** Denominação e percentual de programas de pós-graduação modalidade acadêmica (n = 44).



**Figura 3.** Denominação e percentual de programas de pós-graduação na modalidade profissional (n = 6).

Quanto à distribuição dos programas no Brasil, 21 (42%) estão localizados na região Sudeste (SE), 15 (30%) na região Sul (S), nove (18%) na região Nordeste (NE), três (6%) na região Centro-Oeste (CO) e dois (4%) na Norte (N) (Figura 4). De 2009 até 2013, houve um aumento de

### DOCUMENTO DE ÁREA 2013

50% dos programas na região sudeste, de 36% na região sul, 12,5% na região Nordeste, e de 100% na região Centro-Oeste (Figura 5). Não houve aumento no número de programas na região Norte, entretanto foi criado o doutorado em um dos programas.

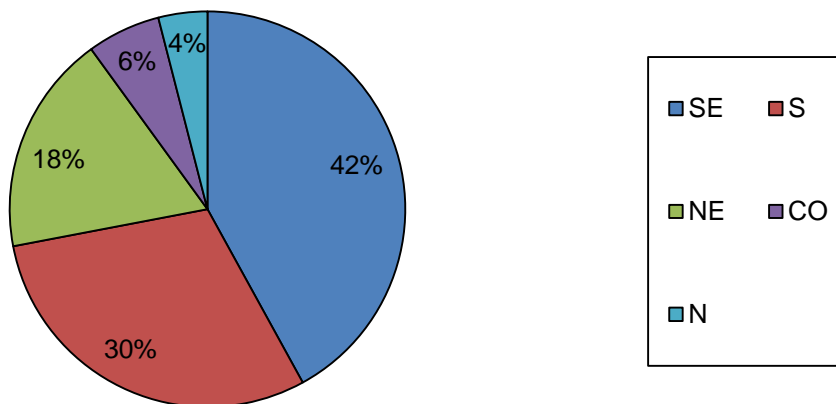


Figura 4. Distribuição dos programas de pós-graduação na área de alimentos por região geográfica do Brasil (n=50).

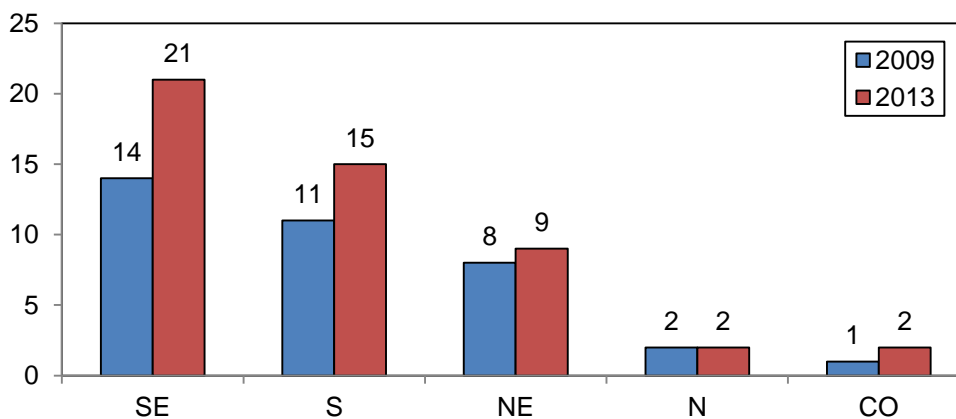
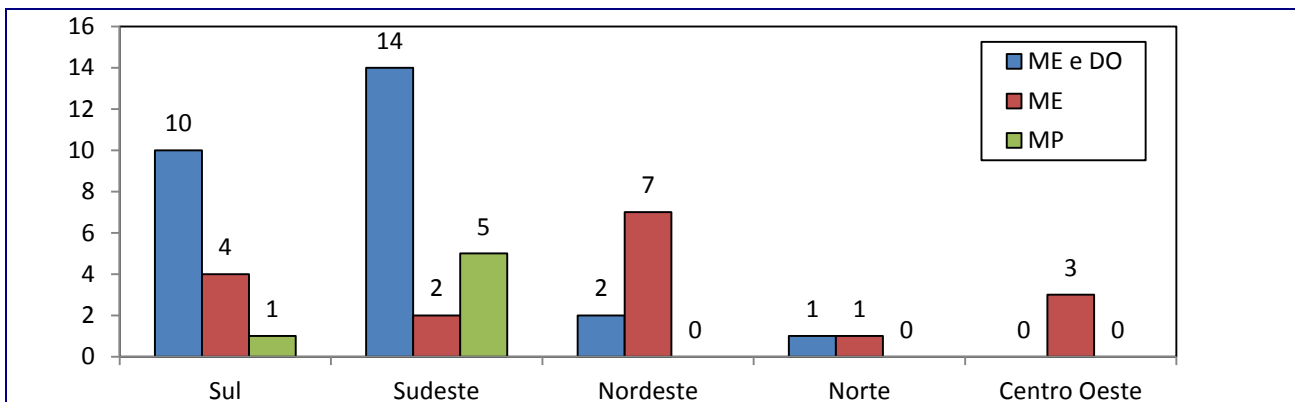


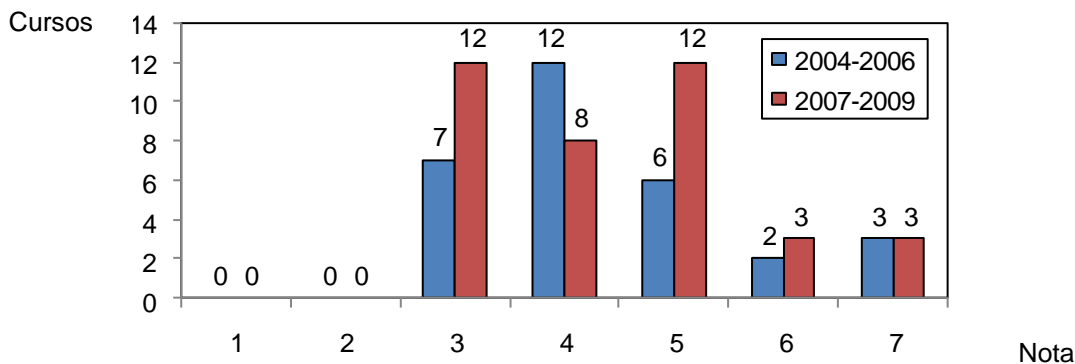
Figura 5. Evolução dos programas de pós-graduação em Ciência de alimentos por região geográfica do Brasil.

### DOCUMENTO DE ÁREA 2013



**Figura 6.** Distribuição dos programas de pós-graduação em Ciência de alimentos por região geográfica do Brasil (ME = Mestrado, ME e DO = Mestrado e Doutorado, MP = Mestrado Profissional).

Na avaliação da pós-graduação no triênio 2004-2006, os programas foram assim conceituados (estado): três nota 7 (SP), dois nota 6 (SP e RJ), cinco nota 5 (SP, MG, SC e PR), 13 nota 4 e três nota 3, num total de 26 programas. No triênio 2007-2009, os programas foram classificados em: três nota 7 (SP), dois nota 6 (SP e MG), doze nota 5 (SP, MG, SC e PR), oito nota 4 e doze nota 3, num total de 38 programas (Figura 7).



**Figura 7.** Notas atribuídas aos Programas de Pós-graduação na área de Ciência de Alimentos nas avaliações trienais de 2004-2006 e 2007-2009.

Observa-se que houve um crescimento da área tanto em número de Programas, quanto na qualidade destes. Entretanto, há a necessidade de continuar aprimorando a qualidade de alguns programas e diminuir as discrepâncias regionais. Ainda temos o desafio de incrementar o número



## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

de doutores formados e também de incrementar em quantidade e qualidade a produção científica assim como ampliar o número de mestrados profissionais para contribuir de forma significativa para o desenvolvimento tecnológico no país.

### **INTERDISCIPLINARIDADE**

A Ciência de Alimentos é a área do conhecimento que estuda o alimento como elemento essencial à vida. Compreende as diversas etapas desde a produção do alimento até o seu consumo pelo homem. A ciência de alimentos envolve as áreas de química, microbiologia, bioquímica e processos, com o objetivo de fornecer conhecimentos fundamentais para a tecnologia e a engenharia de alimentos. As atividades do cientista de alimentos são amplas, envolvendo toda a cadeia e a segurança alimentar. Nos programas de pós-graduação em ciência de alimentos participam docentes de formação diversificada, dentre eles, engenheiros, farmacêuticos, biólogos, químicos, físico, estatístico, médico, médico veterinário, agrônomo, dentista, biomédico, tecnólogo, psicólogo, dentre outros. Estes atuam de forma conjunta e complementar na formação de conhecimento técnico científico e na inovação. Considerando que a área é complexa e possui diversas abordagens e estratégias que requerem complementaridade de diversos saberes e conhecimentos, a inter e multidisciplinaridade são inerentes à área.

A área de Ciência de alimentos guarda características multidisciplinares e interdisciplinares, com interface nas áreas Biológicas I, II e III, Agrárias (Agrárias, Medicina Veterinária, Zootecnia e Recursos Pesqueiros), Química, Engenharias (Alimentos, Química, Produção, Agrícola), Medicina (I, II e III), Saúde Coletiva, Sociologia, Antropologia, Psicologia, dentre outras.

### **ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO**

A inserção da área de Ciência de Alimentos no Ensino Fundamental e Médio ainda tem acontecido de forma muito tímida e isolada em alguns programas. Este fato se justifica, provavelmente, pelo desconhecimento das ações e demandas da Diretoria da Educação Básica. Entretanto, no Seminário de Acompanhamento da Área de Alimentos realizado nos dias 9 a 11 de abril de 2013, após exposição da professora Carmen Moreira de Castro Neves, Diretora de Formação de Professores da Educação Básica, houve um maior entendimento sobre as possíveis ações. Isso, certamente, irá incrementar a inserção da área no ensino básico nos próximos anos.



## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

As iniciativas até o presente momento têm sido realizadas em incentivo à introdução e orientações sobre a criação e a manutenção de hortas urbanas e comunitárias nas escolas; cursos de curta duração em escolas públicas sobre alimentos e alimentação saudável; preparo de material didático, dentre outros.

### II. Requisitos e Orientações para Propostas de Cursos Novos

#### MESTRADO (ACADÊMICO)

Na elaboração de uma proposta para solicitar a abertura de um curso de mestrado (acadêmico) é muito importante fazer uma leitura cuidadosa do edital e atender a todos os critérios e itens solicitados. Todos os documentos descritos no edital devem ser anexados e estes devem ter sido aprovados em todas as instâncias superiores nas respectivas instituições (proponentes e parceiras, caso haja). Deve-se observar o período de tempo que deverá ser considerado na elaboração da proposta, colocando apenas as informações referentes a este período.

Na elaboração da proposta, deve-se verificar se já existe na Instituição um programa similar, ou se o corpo docente que comporá esta nova proposta já está atuando em outros programas. Destaca-se que a pulverização de programas similares em uma Instituição e a sobrecarga de docentes em vários programas não são recomendadas.

Para a criação de um mestrado (acadêmico), a proposta deve atingir nota 3 para a sua recomendação.

Estão resumidas, a seguir, algumas informações que devem compor, de forma clara, uma proposta de curso novo mestrado (acadêmico).

#### 1. Condições asseguradas pela instituição:

Devem ser anexados à proposta todos os documentos expedidos pelas instâncias superiores da instituição (Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, dentre outros) autorizando o funcionamento do Curso/Programa.

No caso de mais de uma Instituição participar da proposta, deve-se ter a autorização, nas respectivas instâncias superiores, da sua participação na proposta.

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

### **2. Infraestrutura do programa – instalações físicas, laboratórios, biblioteca, recursos de informática:**

Descrever, de forma clara e objetiva, a infraestrutura para a realização das atividades do Curso/Programa, dentre elas, salas para os docentes e para os discentes; acesso à internet; laboratórios devidamente equipados para a realização das atividades; salas de computadores; livros e periódicos na área disponíveis na biblioteca; e infraestrutura administrativa.

### **3. Proposta do curso**

Apresentar de forma detalhada a proposta do programa, descrevendo de forma clara e objetiva os objetivos, as áreas de concentração, as linhas de pesquisa e a estrutura curricular. Deve ser demonstrada a coerência entre os itens da proposta. A proposta deverá ser coerente com o nível a ser formado e com o corpo docente permanente do programa.

Anexar à proposta os Regimentos do Curso/Programa e da Pós-Graduação da Instituição. Deve haver aderência a estes Regimentos. Anexar também os critérios de credenciamento e reconhecimentos de docentes para atuação no programa.

### **4. Dimensão e regime de trabalho do corpo docente**

O número de docentes deve ser suficiente para dar sustentação às atividades do curso, consideradas as áreas de concentração e o número de alunos previstos. O número mínimo de docentes recomendado para a criação de um mestrado é de 10 docentes. Lembrar que os docentes não podem atuar em mais de dois programas de pós-graduação (programas já existentes ou na forma de proposta de curso novo - APCN) conforme determinado pela Portaria CAPES nº 01/2012. Os docentes colaboradores não devem exceder a 20% do corpo docente total. As áreas de formação e de atuação dos docentes devem ser compatíveis com as atividades propostas no programa. Os docentes devem ter experiência na orientação de, no mínimo, iniciação científica e trabalho de conclusão de curso (TCC). O corpo docente deve atender aos critérios de credenciamento do programa e ao número máximo de orientações recomendado pela Capes. A distribuição das atividades do programa entre os docentes deve ser adequada.

### **5. Produtividade docente e consolidação da capacidade de pesquisa**

O corpo docente deve apresentar maturidade científica, demonstrada pela produção, no período de tempo previsto no edital, que permitam o adequado desenvolvimento dos projetos de pesquisa e das atividades de ensino e orientação previstos. Deve haver coerência na formação e

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

atuação docente com as atividades de ensino e pesquisa propostos. A produção científica dos docentes em termos de qualidade e quantidade no período em questão deve ser adequada ao nível pleiteado.

### DOUTORADO

Na elaboração de uma proposta para solicitar a abertura de um curso de doutorado é muito importante fazer uma leitura cuidadosa do edital e atender a todos os critérios e itens solicitados. Todos os documentos descritos no edital devem ser anexados e estes devem ter sido aprovados em todas as instâncias superiores nas respectivas instituições (proponentes e parceiras, caso haja). Deve-se observar o período de tempo que deverá ser considerado na elaboração da proposta, colocando apenas as informações referentes a este período.

Na elaboração da proposta, deve-se verificar se já existe na Instituição um programa similar, ou se o corpo docente que comporá esta nova proposta já está atuando em outros programas. Destaca-se que a pulverização de programas similares em uma Instituição e a sobrecarga de docentes em vários programas não são recomendadas.

Para a criação de um doutorado, a proposta deve atingir nota 4 para a sua recomendação. Para a criação de doutorado quando o mestrado já existe, este deve, prioritariamente, apresentar nota 4 ou demonstrar que está muito bem consolidado.

Estão resumidas, a seguir, algumas informações que devem compor, de forma clara, uma proposta de curso novo (doutorado).

#### **1. Condições asseguradas pela instituição:**

Devem ser anexados à proposta todos os documentos expedidos pelas instancias superiores da instituição (Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, dentre outros) autorizando o funcionamento do Curso/Programa.

No caso de mais de uma Instituição participar da proposta, deve-se ter a autorização, nas respectivas instâncias superiores, da sua participação na proposta.

#### **2. Infraestrutura do programa – instalações físicas, laboratórios, biblioteca, recursos de informática:**

Descrever, de forma clara e objetiva, a infraestrutura para a realização das atividades do Curso/Programa, dentre elas, salas para os docentes e para os discentes; acesso a internet;





## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

laboratórios devidamente equipados para a realização das atividades; salas de computadores; livros e periódicos na área disponíveis na biblioteca; e infraestrutura administrativa.

### **3. Proposta do curso**

Apresentar de forma detalhada a proposta do programa, descrevendo de forma clara e objetiva os objetivos, as áreas de concentração, as linhas de pesquisa e a estrutura curricular. Deve ser demonstrada a coerência entre os itens da proposta. A proposta deverá ser coerente com o nível a ser formado e com o corpo docente permanente do programa.

Anexar à proposta, os Regimentos do Curso/Programa e da Pós-Graduação da Instituição. Deve haver aderência a estes Regimentos. Anexar também os critérios de credenciamento e recredenciamento de docentes para atuação no programa.

### **4. Dimensão e regime de trabalho do corpo docente**

O número de docentes deve ser suficiente para dar sustentação às atividades do curso, consideradas as áreas de concentração e o número de alunos previstos. O número mínimo de docentes recomendado para a criação de um doutorado é de 10 docentes. Lembrar que os docentes não podem atuar em mais de dois programas de pós-graduação (programas já existentes ou na forma de proposta de curso novo - APCN) conforme determinado pela Portaria CAPES nº 01/2012. Os docentes colaboradores não devem exceder a 20% do corpo docente total. As áreas de formação e de atuação dos docentes devem ser compatíveis com as atividades propostas no programa. Os docentes devem ter experiência na orientação de, no mínimo, mestrado. O corpo docente deve atender aos critérios de credenciamento do programa e ao número máximo de orientações recomendado pela Capes. A distribuição das atividades do programa entre os docentes deve ser adequada.

### **5. Produtividade docente e consolidação da capacidade de pesquisa**

O corpo docente deve apresentar maturidade científica, demonstrada pela produção, no período de tempo previsto no edital, que permitam o adequado desenvolvimento dos projetos de pesquisa e das atividades de ensino e orientação previstos. Deve haver coerência na formação e atuação docente com as atividades de ensino e pesquisa propostos. A produção científica dos docentes em termos de qualidade e quantidade no período em questão deve ser adequada ao nível pleiteado.

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

### MESTRADO PROFISSIONAL

Na elaboração de uma proposta para solicitar a abertura de um curso novo é muito importante fazer uma leitura cuidadosa do respectivo edital para o mestrado profissional e atender a todos os critérios e itens solicitados. Todos os documentos indicados no edital devem ser anexados à solicitação e estes devem ter sido aprovados em todas as instâncias superiores nas respectivas instituições (proponentes e parceiras, caso haja). Deve-se observar o período de tempo que deverá ser considerado na elaboração da proposta, colocando apenas as informações referentes a este período.

Na elaboração da proposta, deve-se verificar se já existe na Instituição um programa similar, ou se o corpo docente que comporá a proposta já está atuando em outros programas. A pulverização de programas similares em uma Instituição e a sobrecarga de docentes em vários programas não são recomendadas.

Para a criação de um mestrado profissional, a proposta deve atingir pelo menos a nota 3 para a sua recomendação.

Estão resumidas, a seguir, algumas informações que devem compor, de forma clara, uma proposta de curso novo (mestrado profissional).

#### **1. Condições asseguradas pela instituição:**

Devem ser anexados à proposta todos os documentos expedidos pelas instâncias superiores da instituição (Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, dentre outros) autorizando o funcionamento do Curso/Programa.

No caso de mais de uma Instituição participar da proposta, deve-se ter a autorização, nas respectivas instâncias superiores, da sua participação na proposta.

#### **2. Infraestrutura do programa – instalações físicas, laboratórios, biblioteca, recursos de informática:**

Descrever, de forma clara e objetiva, a infraestrutura para a realização das atividades do Curso/Programa, dentre elas, salas para os docentes e para os discentes; acesso à internet; laboratórios devidamente equipados para a realização das atividades; salas de computadores; livros e periódicos na área disponíveis na biblioteca; e infraestrutura administrativa.



## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

### 3. Proposta do curso

Apresentar de forma detalhada a proposta do programa, descrevendo de forma clara e objetiva os objetivos, as áreas de concentração, as linhas de atuação e a estrutura curricular. Deve ser demonstrada a coerência entre os itens da proposta. A dimensão destes itens deverá ser coerente com o nível a ser formado e com o corpo docente permanente do programa.

Anexar à proposta, os Regimentos do Curso/Programa e da Pós-Graduação da Instituição. Deve haver aderência e coerência da proposta a estes Regimentos. Anexar também os critérios de credenciamento e recredenciamento de docentes para atuação no programa.

### 4. Dimensão e regime de trabalho do corpo docente

O número de docentes deve ser suficiente para dar sustentação às atividades do curso, consideradas as áreas de concentração e o número de alunos previstos. O número mínimo de docentes recomendado para a criação de um mestrado profissional é 10 docentes. Lembrar que os docentes não podem atuar em mais de três programas de pós-graduação (programas já existentes ou na forma de proposta de curso novo - APCN) conforme determinado pela Portaria CAPES nº 01/2012. As áreas de formação e de atuação dos docentes devem ser compatíveis com as atividades propostas no programa. Os docentes devem ter experiência na orientação de iniciação científica, trabalho de conclusão de curso (TCC), mestrado e doutorado (compatível à proposta). O corpo docente deve atender aos critérios de credenciamento do programa e ao número máximo de orientações recomendado pela Capes. A distribuição de todas as atividades entre os docentes deve ser adequada.

### 5. Produtividade docente e consolidação da capacidade de pesquisa

O corpo docente deve apresentar maturidade técnico-científica, demonstrada pela produção, no período de tempo previsto no edital, que permitam o adequado desenvolvimento dos projetos de pesquisa e das atividades de ensino e orientação previstos. Deve haver coerência na formação e atuação docente com as atividades de ensino e pesquisa propostos. A produção científica dos docentes em termos de qualidade e quantidade no período em questão deve ser adequada ao nível pleiteado.



## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

### III. Considerações gerais sobre a Avaliação Trienal 2013

Neste triênio (2010-2012), a avaliação dos programas acadêmicos será feita com base nos mesmos quesitos usados no triênio anterior, inclusive utilizando os mesmos pesos para os quesitos. Esta conduta segue as diretrizes aprovadas pelo Conselho Técnico Científico do Ensino Superior. Por outro lado, os mestrados profissionais serão avaliados utilizando os quesitos e pesos aprovados recentemente pelo Conselho Técnico Científico do Ensino Superior.

#### SEMINÁRIOS DE ACOMPANHAMENTO

Durante o triênio foram realizados dois seminários de acompanhamento da área de Ciência de Alimentos. No primeiro seminário, houve a apresentação das diferentes diretorias da Capes. Ainda, mediante um roteiro enviado previamente aos programas, cada coordenador apresentou sua auto-avaliação. No segundo seminário de acompanhamento da área, realizado de 9 a 11 de abril passado, houve uma recapitulação do processo de avaliação praticado no triênio anterior. Houve também discussão sobre cada quesito de avaliação. Estas discussões foram provocadas por equipes de consultores, compostas por coordenadores de curso (antigos e atuais) que aceitaram o convite para analisar previamente cada um dos quesitos, ajustá-los aos avanços da área de Ciência de Alimentos e ainda confrontá-los com parâmetros de outras áreas. Em seguida, houve uma discussão ponto a ponto dos quesitos/itens que compõem a ficha de avaliação, havendo também uma decisão, ponto a ponto, determinando se os itens da avaliação trienal anterior permaneceriam como estão ou se deveria haver alguma modificação. Todos os itens da avaliação, após ampla discussão, foram aprovados com consenso do grupo.

Alguns pontos relevantes estão destacados a seguir:

#### Proposta do programa

A proposta é fundamental para a qualificação do programa, devendo estar evidenciado, com clareza, a coerência entre a denominação do curso, a área de concentração, as linhas e os projetos de pesquisa e as disciplinas ministradas e que fazem parte da estrutura curricular; e a coerência da proposta com as atividades docentes, de pesquisa, e de orientação. Ressalta-se que estas devem estar bem ajustadas ao campo do conhecimento em Ciência de Alimentos. A evolução do programa em consonância com os avanços da área também será objeto de avaliação.

Foi destacada a necessidade de se ter bem estabelecido e aprovado nas instâncias competentes, os critérios para o credenciamento e credenciamento docente. Estes devem constar



## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

da proposta do programa de forma clara e objetiva. A pertinência do corpo docente permanente a estes critérios será objeto de avaliação.

Apesar de este quesito ter peso zero para fins de contabilização da nota do Programa, a avaliação conceitual (muito bom, bom, regular, fraco ou deficiente) será considerada um indicador qualitativo na atribuição da nota final do Programa.

Os demais quesitos – corpo docente, corpo discente, teses e dissertações, produção intelectual e inserção social – terão os pesos praticados na avaliação trienal anterior, ou seja, 20%, 30%, 40% e 10%, respectivamente.

### **Corpo docente**

O corpo docente deve ter formação, atuação, competência e maturidade científica para desenvolver as atividades de ensino, pesquisa, orientação e produtividade no programa. Ressalta-se que a formação e as atividades docentes devem estar em consonância com a proposta do programa.

O percentual de docente permanente em relação ao total de docentes deve ser de no mínimo 80%, ou seja, os docentes colaboradores não devem exceder 20% do total. O docente poderá ser permanente em até dois programas, sendo exceção apenas as condições explicitadas na Portaria CAPES nº 01/2012. Caso o docente não atenda a estes critérios, este e as respectivas atividades serão desconsideradas na avaliação. O sistema Coleta identificará a atuação do docente em todos os programas de pós-graduação com funcionamento autorizado pela Capes.

O número de orientados por orientador recomendado pela Portaria CAPES nº 01/2009 é de oito (8). A grande área de Agrárias considera que 12 seria um número aceitável de orientados, desde que o orientador demonstre capacidade de captação de recursos, produtividade científica elevada, tempo de titulação dos formandos adequada, e possua infraestrutura compatível ao desenvolvimento das atividades propostas. Justificativas plausíveis para o docente extrapolar o número de orientados deve ser apresentada no Coleta de forma clara e objetiva.

As atividades dos docentes dos programas devem estar distribuídas de forma equilibrada para todas as modalidades de atuação no programa.

### **Corpo discente, Teses e dissertações e Produção Intelectual**

Estes são considerados os quesitos mais relevantes da avaliação, pois constituem o foco principal da Capes que é a formação discente. Estes avaliam os produtos tanto de forma quantitativa quanto qualitativa.



## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

A produção científica do programa será considerada apenas quando estiver vinculada a proposta pelo programa e quando houver a participação discente e docente simultaneamente. Serão considerados para fins de avaliação, apenas os atuais discentes e os ex-alunos – egressos – do programa. O Coleta identificará como egressos, os discentes que graduaram até três anos anteriores a cada ano de avaliação.

Serão considerados produtos dos programas, além dos artigos em periódicos, os livros e capítulos de livros, patentes e resumos em anais de eventos. Todos devem ter a autoria de discente vinculada a docente do programa e deve ser na área de atuação do programa, ou seja, devem estar vinculados às atividades do discente no programa.

### **Inserção social**

Neste quesito será analisada a atuação do programa no contexto regional, nacional e internacional, considerando o impacto científico, tecnológico, econômico e educacional; o envolvimento em ações de integração social e de solidariedade; a disponibilização de todas as informações do curso em página da internet de forma completa e com acesso rápido.

Para caracterização de atividade como inserção social, esta deve ser feita na forma de projeto do programa e deve ser devidamente aprovada pelo colegiado do curso, ou seja, atividades individuais não serão consideradas para fins de avaliação.

Dentre as informações que devem constar da página eletrônica do programa, deve-se ressaltar: regimento do Programa, critérios de credenciamento docente, composição do corpo docente e respectivas habilitações para orientação, teses e dissertações defendidas e demais informações necessárias para o bom funcionamento do Programa.

## **IV. Considerações sobre Qualis-Periódicos (Artístico), Roteiro para Classificação de Livros / Eventos /Produtos Técnicos e os critérios para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação**

### **QUALIS-PERIÓDICOS**

Neste triênio tivemos alguns avanços na classificação de periódicos. O Qualis-Periódicos da Área de Alimentos considerou, no triênio passado, os fatores de impacto no JCR e a indexação em bases relevantes para a área. Neste triênio, além do JCR - 2011, passou a ser usado também o

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

fator de impacto no SJR (SCImago – dezembro de 2012). Com o uso destas duas bases, a indexação em bases deixou de ser relevante, até mesmo porque ela deixou de ser discriminativa. Outra alteração feita se refere à necessidade de redistribuição dos periódicos classificados como B2 uma vez que este estrato estava sobrecarregado com periódicos, havendo necessidade de corrigir este problema. A classificação atual permitirá então uma maior discriminação entre os programas de pós-graduação da área.

Em uma análise prévia dos periódicos verificou-se que, com a inclusão de dados do Coleta 2012, foram inseridos 185 títulos de periódicos ao Qualis da área, perfazendo um total de 1240 títulos de periódicos. Deste total, (i) 83 periódicos apresentaram dois ISSN, um para a forma ‘print’ e a outra ‘on-line’, porém o conteúdo das duas formas é o mesmo; (ii) 287 periódicos não tiveram qualquer publicação no último triênio (2010, 2011 e 2012); e (iii) 11 periódicos interromperam as publicações nos últimos anos. Com relação ao item (i), a comissão decidiu manter na relação apenas o ISSN que apresentava o maior fator de impacto – JCR (predominantemente a forma print). Os outros ISSN (on-line) foram automaticamente redirecionados para o ISSN selecionado (print). Esta estratégia foi utilizada para evitar a duplicação do periódico no respectivo estrato. Todos os 287 periódicos relacionados no item (ii) foram classificados como “C”, mesmo aqueles passíveis de classificação em outros estratos. Isto foi motivado pelo fato destes não terem sido utilizados como veículo de publicação pelos programas no triênio ou por não estarem diretamente relacionados à área. Os periódicos que interromperam a publicação (item iii), mas que ainda constam da base foram classificados como “C”.

Cabe ressaltar que durante a realização do Seminário de Acompanhamento dos programas de pós-graduação na Área de Alimentos, realizado de 9 a 11 de abril de 2013, uma comissão apresentou resultados de um estudo exaustivo que comparava critérios, usados por outras áreas, para a classificação de periódicos nos estratos do Qualis-Periódicos. Depois de longo debate, foi consenso que o critério utilizado pela Área seria o mais adequado.

Assim, dentre os 1240 títulos de periódicos, 638 foram os selecionados para compor o Qualis-Periódicos (A1 a B5). Os demais foram classificados no estrato C, sendo estes os periódicos que não atenderam a este critério ou que não tiveram produção de programas da Área durante o triênio. Após análise detalhada da planilha contendo todas as informações necessárias, a comissão procedeu a classificação dos periódicos seguindo as recomendações e limites estabelecidos pela CAPES ( $A1+A2=24,9 < 25\%$ ;  $A1(11,8\%) < A2(13,1\%)$ ; e  $A1+A2+B1=49,9 (\leq 50\%)$ ) chegando-se aos parâmetros apresentados na Tabela 1 e na Figura 8.

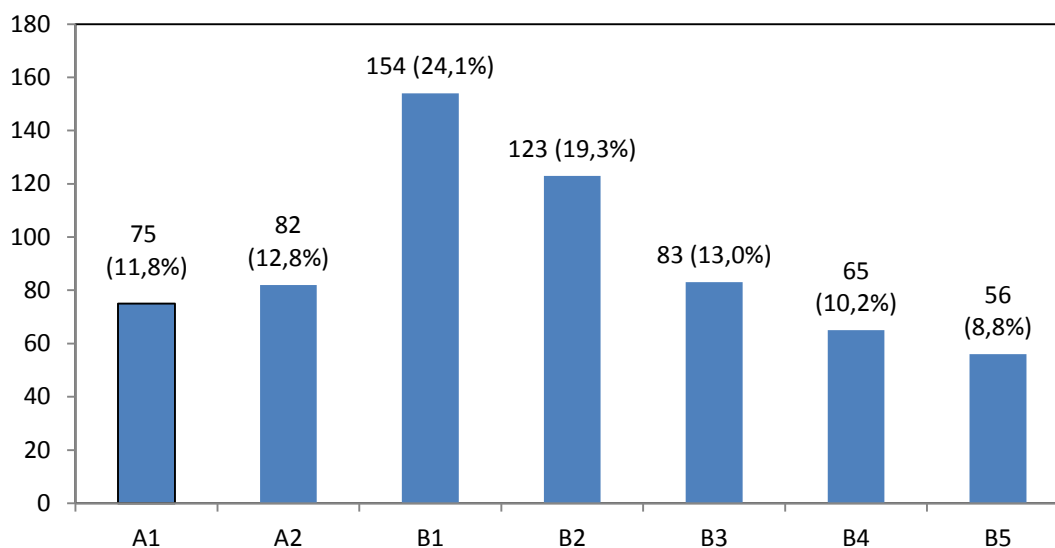
## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

**Tabela 1.** Descrição dos critérios de classificação dos periódicos com os respectivos pesos

Classificação	Pesos	Crítérios	Número de periódicos	Percentual periódicos
A1	100	JCR acima de 3,286	75	11,8
A2	85	JCR entre 2,446 e 3,285	82	12,8
B1	70	JCR entre 1,289 e 2,445	154	24,1
B2	55	JCR entre 0,522 e 1,288	123	19,3
B3	40	JCR entre 0,000 e 0,521 ou SJR acima de 0,225	83	13,0
B4	25	SJR abaixo de 0,224 ou duas bases indexadoras*	65	10,2
B5	10	Indexação em uma base indexadora*	56	8,8

\* FSTA, SCIELO, CAB ou BIOSIS.

Número de periódicos (percentual)



**Figura 8.** Número e percentual de periódicos por estrato Qualis na área de Ciência de Alimentos.

Os dados gerados nesta última avaliação serão usados para a avaliação trienal, ou seja, os dados atualizados em 2013 com dados de todo o triênio serão usados na classificação dos



## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

periódicos.

Deve-se destacar que apenas as publicações em periódicos de docente com participação discente será considerada.

### CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

A Área de Alimentos não fará a classificação de livros conforme os procedimentos propostos pela comissão estabelecida pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC ES) da Capes e utilizada pelas áreas que usam o livro como produto relevante das atividades de pós-graduação. Esta decisão se baseou na constatação, no triênio anterior, de que a área de Alimentos não utiliza prioritariamente o livro como veículo de divulgação das atividades da pós-graduação. Desta forma, para não deixar de valorizar o empenho de alguns docentes e discentes na divulgação neste veículo, foi decisão no último seminário de acompanhamento reconhecer este produto de uma forma mais simplificada. Desta forma, serão critérios de avaliação os dados apresentados a seguir. Apenas as publicações em livros e capítulos de livros de docente com participação discente serão consideradas. Os livros serão primeiro separados em livros de divulgação científica e livros de apoio didático, sendo estes avaliados, respectivamente em produção técnica e inserção social.

A classificação de livros e capítulos será feita de forma simples, considerando aquelas produções em níveis internacional e nacional, atribuindo-se pesos diferenciados a estes: livro internacional – peso 4; livro nacional – peso 2; capítulo de livro internacional – peso 1; capítulo de livro nacional – peso 0,6.

### PRODUÇÃO TÉCNICA/PATENTE

As patentes serão avaliadas, de forma similar ao ocorrido no triênio anterior, pela soma dos atributos indicados: aprovação por núcleo de inovação tecnológica – NIT (1); depósito no INPI (5); publicação em revista de inovação tecnológica – RIT (20); carta patente (30); licenciamento no país (50); depósito no exterior (25); concessão no exterior (75); e licenciamento no exterior (100).

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

### PRODUÇÃO TÉCNICA/EVENTOS

A produção em anais de eventos será contabilizada e classificada em nacional e internacional e em trabalho completo e resumo publicado em anais de eventos. Serão considerados apenas aqueles trabalhos com autoria de docente e discente simultaneamente.

As patentes serão também avaliadas, sendo necessária, para pontuação, a informação explícita da fase de andamento do processo de depósito.

Estes dois últimos parâmetros de produção técnica serão de maior relevância para os mestrados profissionais.

### V. Fichas de Avaliação para o Triênio 2010-2012

#### MESTRADO (ACADÊMICO) E DOUTORADO

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
<b>1 – Proposta do Programa</b>	<b>0%</b>	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	40%	O conjunto de atividades deverá atender à(s) área(s) de concentração proposta(s), as linhas de pesquisa e os projetos em andamento. Deverá haver adequação e coerência entre as áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa. A proposta curricular deverá ser adequada e coerente com as áreas de concentração, linhas de pesquisa e metas do Programa. As ementas devem ser consistentes, assim como a coerência e a atualização das respectivas bibliografias.
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	40%	Adequação das propostas do programa às necessidades regionais, nacionais e internacionais. Propostas para enfrentar desafios da área tanto em relação à formação discente quanto à produção de conhecimento. Propostas de qualificação e credenciamento do corpo docente.

**DOCUMENTO DE ÁREA 2013**

		<p>Constituição de bancas examinadoras de Teses e Dissertações: Participantes devem possuir título de doutor e perfil e experiência compatíveis com o nível e não devem ser endogênicas (bancas de Mestrado: participação de pelo menos um membro externo ao Programa; banca de Doutorado: participação de dois membros externos, sendo que um deve ser externo à IES e o outro externo ao Programa).</p> <p>Metas a serem atingidas no avanço do conhecimento e na formação de recursos humanos, tendo em vista os desafios nacionais e internacionais da área.</p> <p>Planejamento do programa quanto ao desenvolvimento futuro.</p>
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	20%	<p>Existência, adequação e a suficiência de laboratórios para desenvolvimento das pesquisas de dissertação e tese.</p> <p>Infraestrutura para o ensino e administração deverão ser adequadas ao desenvolvimento das atividades do programa.</p> <p>Biblioteca com acesso rápido às informações, com ênfase em periódicos.</p> <p>Recursos de informática para alunos e docentes e de orientação.</p> <p>Captação de recursos para a realização de atividades</p>
<b>2 – Corpo Docente</b>	<b>20%</b>	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	20%	<p>Título de doutor, experiência, perfil acadêmico e produção científica coerentes às áreas do programa.</p> <p>As áreas de formação acadêmica dos docentes devem ser adequadas à proposta do programa.</p> <p>Nível de experiência do corpo docente permanente, inclusive sua projeção nacional e internacional.</p> <p>Formação diversificada dos docentes permanentes quanto a instituições, não sendo esta endógena.</p>

### DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>Indicadores de atualização da formação e intercâmbio com outras instituições.</p> <p>Experiência, projeção nacional e internacional, natureza da produção intelectual, participação em comissões especiais, premiações e outras atividades consideradas relevantes na área.</p> <p>Potencial do corpo docente em atrair alunos para estágio pós-doutoral e contribuir no treinamento de estúgios seniores, pós-doutorais ou atividades similares.</p> <p>Percentual de docentes permanentes como professores visitantes em outras IES nacionais e internacionais, de pareceristas, corpo editorial e editor de periódicos especializados nacionais e internacionais.</p>
<p>2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.</p>	<p>20%</p>	<p>Sólida base no núcleo de docentes Permanentes de modo a garantir o pleno desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e orientação do programa.</p> <p>Participação de professores colaboradores ou visitantes sem gerar dependência externa.</p> <p>Proporção de docentes permanentes entre os demais docentes em relação a atividades de orientação, docência e publicação científica: mínimo de 80% de docentes permanentes e máximo de 20% de docentes colaboradores.</p> <p>Tamanho e estabilidade do corpo docente permanente considerando o impacto gerado nas atividades de ensino, pesquisa e orientação.</p> <p>Trajetória da equipe de docentes permanentes, eventuais oscilações em sua composição e nível de qualificação.</p> <p>Mudanças que possam expressar queda da qualidade da equipe ou falta de respaldo da IES ao programa;</p> <p>Ampliação do corpo docente permanente; alteração de docente permanente para colaborador devidamente justificada.</p>

### DOCUMENTO DE ÁREA 2013

2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	40%	Equilíbrio na participação dos docentes permanentes nas atividades de ensino e orientação na pós-graduação. Participação docente, normas e impacto da atuação dos docentes permanentes em projetos de pesquisa. Número de docentes permanentes bolsistas produtividade ou equivalente, de incentivo tecnológico e outras modalidades do CNPq e de outras agências de fomento. Obtenção e captação de financiamentos (públicos e privados). Participação em programas ou projetos especiais.
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.	20%	Participação dos docentes nas atividades de ensino e orientação na graduação (orientação de IC, monografia, tutoria e estágios formais). Implicações positivas dessa participação na formação de futuros ingressantes na pós-graduação. Docentes permanentes devem atuar nas atividades de ensino e orientação na graduação ou no nível técnico (caso de Institutos Federais).
<b>3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações</b>	<b>30 %</b>	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	30%	Quantidade de teses e dissertações concluídas em relação ao corpo docente permanente. Quantidade de teses e dissertações concluídas em relação à dimensão do corpo discente.
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	15%	Docentes permanentes com orientandos e discentes com orientador. Equilíbrio na distribuição das orientações dos discentes em relação aos docentes permanentes.
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores	45 %	Vinculação dos trabalhos de conclusão (teses e dissertações) às atividades e perfil do programa. Vinculação da produção científica do programa com os trabalhos de conclusão (teses e dissertações). Membros das bancas examinadoras devem

### DOCUMENTO DE ÁREA 2013

pertinentes à área.		possuir o título de doutor e perfil e experiência compatíveis com o nível. Bancas não devem ser endogênicas, devendo predominar a participação de membros externos ao programa. Composição e participação de membros externos nas bancas examinadoras. Participação de egressos do programa na produção bibliográfica. Proporção de discentes autores em relação aos discentes do programa.
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	10%	Tempo médio de titulação de mestres e doutores. Existência de bolsas de doutorado sanduíche. Fluxo de entrada e saída de alunos do programa.
<b>4 – Produção Intelectual</b>	<b>40%</b>	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	55%	Produção intelectual de docentes permanentes e discentes, efetivamente vinculada à proposta do programa, não sendo contabilizada aquela oriunda de atividades em outros programas de pós-graduação. Número de artigos publicados em equivalente à A1 pelo corpo docente vinculada a discente relativamente aos docentes permanentes, por ano. Artigos publicados por docente permanente vinculado a discente em periódicos A1, A2 e B1 do Qualis da Área, por ano.
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	30%	Distribuição das publicações do Qualis entre os docentes permanentes do Programa. Equilíbrio da produção entre os docentes, áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa.
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	15%	Produções relevantes do docente permanente vinculada a discente compatíveis com o perfil do programa e com o corpo docente permanente. Livros e capítulos de livros. Patentes, produtos e inovações.

### DOCUMENTO DE ÁREA 2013

5 – Inserção Social	10%	
<p>5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.</p>	60%	<p><b>Desenvolvimento Tecnológico</b> Novas técnicas, produtos e processos desenvolvidos pelo Programa.</p> <p><b>Impacto Regional</b> Ações de extensão do Programa com efetivo envolvimento do corpo docente e discente.</p> <p><b>Impacto Educacional</b> Produção de materiais técnicos e didáticos, bem como atividades de formação de recursos humanos em cursos.</p> <p><b>Atuação Acadêmica destacada</b> Prêmios recebidos pelos docentes permanentes e discentes do Programa; Participações especiais dos docentes permanentes em órgãos oficiais (CAPES, CNPq, FAPS, Conselhos Governamentais); Participação dos docentes permanentes como editores de periódicos qualis da área;</p> <p><b>Cooperação com o Setor Público e Privado</b> Participação dos docentes permanentes de parecerias em pesquisa, desenvolvimentos e inovação.</p>
<p>5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.</p>	25%	<p>Participação em programas institucionais de cooperação, das agências de fomento à pesquisa. Participação em projetos de cooperação entre programas em níveis de consolidação diferentes. Participação em programas como Procad, PQI, Dinter, Minter ou similares. Estratégias que favoreçam a mobilidade de docentes do programa com atividades em outros programas. Participação de docentes do programa em redes de pesquisa interinstitucionais. Parceria entre instituições na organização de eventos científicos relevantes para a área. Intercâmbio docente visando atividades de pesquisa.</p>

### DOCUMENTO DE ÁREA 2013

5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.	15%	<p>Manutenção de página Web</p> <p>Divulgação de forma atualizada dos dados internos do Programa, critérios de seleção de alunos, parte significativa de sua produção docente, financiamentos recebidos da CAPES e de outras agências públicas e privadas e critérios para utilização dos recursos. Informar sobre os critérios de credenciamento.</p> <p>Divulgação na íntegra das Teses e Dissertações defendidas na Web.</p>
---	-----	---

### MESTRADO PROFISSIONAL

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
<b>1 – Proposta do Programa</b>	<b>0%</b>	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa.	40%	Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional, à(s) área(s) de concentração proposta(s), linha(s) de atuação e objetivos definidos pelo Programa em consonância com os objetivos da modalidade Mestrado Profissional.
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	20%	- Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	20%	- Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.



### DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.</p>	<p>20%</p>	<p>- Examinar as perspectivas do Programa, com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da área</p>
<p><b>2. Corpo Docente</b></p>	<p><b>30%</b></p>	
<p>2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.</p>	<p>50%</p>	<p>Examinar se o Corpo Docente Permanente (DP) é formado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (conforme o estabelecido no Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009 - Portaria Ministerial sobre Mestrado Profissional)</p> <p>- Examinar se o Corpo Docente atua em P,D&amp;I nas áreas de concentração do Mestrado Profissional.</p>

**DOCUMENTO DE ÁREA 2013**

<p>2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.</p>	<p>25%</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Examinar a adequada proporção de Docentes Permanentes em relação ao total de docentes para verificar a existência ou não de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes.</li> <li>- Examinar a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação financiados por setores governamentais ou não governamentais.</li> <li>-Examinar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes no programa, considerando o estabelecido pelo inciso VI do Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17/2009 : “a proposta de Mestrado Profissional deverá, necessária e obrigatoriamente, comprovar carga horária docente e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial”</li> </ul>
<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.</p>	<p>25%</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Examinar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento e orientação do programa entre os Docentes Permanentes.</li> </ul>
<p><b>3. Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão</b></p>	<p><b>30%</b></p>	
<p>3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa</p>	<p>40%</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de alunos matriculados no período.</li> <li>- Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de docentes do programa.</li> </ul>

### DOCUMENTO DE ÁREA 2013

3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos	40%	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Examinar as publicações em revistas, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica.</li> <li>- Examinar a produção técnica, que não foi objeto de publicação, dos alunos e egressos.</li> </ul>
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos	20%	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Examinar a aplicabilidade do trabalho de mestrado desenvolvido junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos/ privados, etc.</li> </ul>
<b>4. Produção Intelectual</b>	<b>30%</b>	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente	20%	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Examinar o número total de publicações do programa no triênio.</li> </ul>
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	40%	<p>Examinar o número total da Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes, tais como, entre outras:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais (livros).</li> <li>Artigos publicados em periódicos técnicos.</li> <li>Participação em comitês técnicos: internacionais, nacionais, estaduais ou municipais.</li> <li>Editoria de periódicos técnicos: editor científico, associado ou revisor.</li> <li>Elaboração de protocolos, normas ou programas.</li> <li>Consultoria ou assessoria técnica.</li> <li>Produtos técnicos.</li> <li>Protótipos.</li> <li>Patentes.</li> <li>Cursos de aperfeiçoamento, capacitação ou especialização para profissionais da área.</li> </ul>

### DOCUMENTO DE ÁREA 2013

4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa	20%	- Examinar a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do programa.
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	20%	- Examinar a articulação entre a produção artística, técnica e a publicação científica qualificada do programa.
<b>5. Inserção Social</b>	<b>10%</b>	
5.1. Impacto do Programa	20%	<p>- Examinar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender aos objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas do Brasil.</p> <p>- Examinar se o Mestrado Profissional atende obrigatoriamente a uma ou mais dimensões de impacto (tais como dimensão: social, educacional, sanitário, tecnológico, econômico, ambiental, cultural, artístico, legal, etc.), nos níveis local, regional ou nacional.</p> <p><b>a) Impacto social:</b> formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil.</p> <p><b>b) Impacto educacional:</b> contribuição para a melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras</p>

### DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>de ensino.</p> <p><b>c) Impacto tecnológico:</b> contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos.</p> <p><b>d) Impacto econômico:</b> contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta.</p> <p><b>e) Impacto sanitário:</b> contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da área da Saúde.</p> <p><b>f) Impacto profissional:</b> contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.</p> <p><b>g) Impacto legal:</b> contribuição para a formação de profissionais que possam aprimorar procedimentos e a normatização na área jurídica, em particular entre os operadores do Direito, com resultados aplicáveis na prática forense.</p>
<p>5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.</p>	<p>20%</p>	<p>- Examinar a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional; a participação em projetos de cooperação entre cursos/Programas com níveis de</p>

### DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		consolidação diferentes, voltados para a inovação, na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.
5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.	30%	- Examinar a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região; a abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos; a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos, etc.), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.
5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa	30%	- Examinar a divulgação atualizada e sistemática do Programa, poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação.

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		- Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2º Portaria CAPES nº13/2006)
--	--	--

### VI. Considerações e definições sobre internacionalização/inserção internacional

#### INTERNACIONALIZAÇÃO

A internacionalização dos programas de pós-graduação na Área de Ciência de Alimentos fica mais evidenciada pela inserção da produção intelectual em veículos de divulgação de acesso internacional bem como pelo reconhecimento desta produção, medido pelos índices de citação.

Ainda, a internacionalização pode ocorrer em diferentes níveis, desde uma parceria visando o incremento do próprio programa até a contribuição bilateral com centros de excelência. Pode ocorrer também ao se estabelecer parcerias que visem o aprimoramento de centros no exterior ainda emergentes, tais como as parcerias com países da América Latina e da África.

A produção intelectual da Área de Ciência de Alimentos tem crescido de forma significativa nos últimos anos e o Brasil tem contribuído de forma marcante para este crescente aumento da produção de artigos em periódicos mundialmente.

Baseado nestes dados, a internacionalização na Área de Ciência de Alimentos, é entendida como a participação em intercâmbios e convênios de cooperação, caracterizados por reciprocidade; a cooperação e fomento de instituições internacionais (cooperação formal e financiamentos do exterior) com intercâmbio de docentes e discentes; as colaborações internacionais (docência, consultoria, editoria, visitas); a participação em comitês, diretorias sociedades e programas internacionais; a participação de docentes em eventos técnico-científicos de caráter internacional; a participação discente em atividades e em publicações no exterior; a orientação de alunos de origem estrangeira no programa; a realização, organização e participação em eventos internacionais qualificados; a produção científica destacada no cenário internacional; a captação de recursos de agências de fomento de âmbito internacional; a proporção de docentes permanentes participando como visitantes em programas de IES estrangeiras; a presença de docentes ou discentes estrangeiros no programa; a obtenção de prêmios, reconhecimentos ou destaque em nível internacional.

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

### **Critérios para emissão das notas 6 e 7**

No que diz respeito aos critérios que servirão de base para a identificação dos programas que, em relação aos demais programas de alto nível de sua área e no contexto da pós-graduação nacional, apresentem um diferencial de desempenho que lhes permita ser contemplados com as notas 6 ou 7, torna-se necessário o atendimento, concomitante, de um conjunto de características que culminam em um diferencial de alta qualificação e desempenho e de forte liderança nacional do Programa. Os itens abaixo descritos indicam os principais aspectos considerados para identificar os programas com essas características:

- i) Nível de qualificação, de produção e de desempenho equivalentes ao dos centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos: verificar se o programa tem qualidade equivalente a centros de excelência internacional, caracterizando-se pela presença internacional relevante e de impacto, tanto na produção científica como na participação em convênios, equipes de projeto, dentre outros.
- ii) Consolidação e liderança nacional e internacional do programa como formador de recursos humanos para a pesquisa e a pós-graduação: Avaliar se o programa exerce posição de liderança na formação de recursos humanos, verificando se o programa já tem uma posição consolidada na formação de doutores; em que nível explora seu potencial de formação de recursos humanos – relação entre sua contribuição para a pesquisa e a utilização dessa competência como oportunidade para a formação de recursos humanos de alto nível. É valorizada ainda a formação de recursos humanos com propostas interinstitucionais que visem os países do eixo sul-sul.
- iii) Liderança nacional na nucleação de Programas de Pós-Graduação e de Grupos de Pesquisa: verificar se o programa tem contribuição relevante na nucleação de grupos de pesquisa ou de pós-graduação no Brasil, ou seja, se formou doutores que desempenham papel significativo em outros cursos de pós-graduação ou em grupos de pesquisa ativos na região e em âmbito nacional. Verificar a solidariedade do programa com outros programas ainda em estágio de consolidação com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.
- iv) Inserção, presença e relevância do Programa na sociedade: avaliar evidências de contribuição diferenciada do Programa para o desenvolvimento da sociedade, através de formas inovadoras de pesquisa bem como a sua capacidade para atrair alunos para doutorado-sanduíche, estágios seniores ou pós-doutorado.

As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram



### DOCUMENTO DE ÁREA 2013

nota 5 e conceito “Muito Bom” em todos os quesitos (Proposta do Programa; Corpo Docente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social) da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, a três condições:

- **Nota 6:** predomínio do conceito “Muito Bom” nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito “Bom” em alguns itens; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).
- **Nota 7:** conceito “Muito Bom” em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) altamente diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).



## Comissão de Área - Avaliação

**Período de Avaliação:** 2010 a 2012      **Etapa:** Avaliação Trienal 2013

**Área de Avaliação:** 25 - CIÊNCIA DE ALIMENTOS

<b>Comissão Responsável pela Avaliação:</b>	<b>Sigla IES</b>	
BERNADETTE DORA GOBOSSY DE MELO FRANCO	USP	Consultor(a)
CELIA MARIA LANDI FRANCO	UNESP/SJRP	Consultor(a)
CESAR VALMOR ROMBALDI	UFPEL	Consultor(a)
EDUARDO VALERIO DE BARROS VILAS BOAS	UFLA	Consultor(a)
JESUI VERGILIO VISENTAINER	UEM	Consultor(a)
JOAO BORGES LAURINDO	UFSC	Consultor(a)
LUIZA HELENA MELLER DA SILVA	UFPA	Consultor(a)
MARCIO CALIARI	UFG	Consultor(a)
MARCO ANTONIO MOREIRA FURTADO	UFJF	Coordenador(a) Adjunto(a) Mestrado Profissional
MARIA APARECIDA VIEIRA TEIXEIRA GARCIA	UFMG	Consultor(a)
MARIA BEATRIZ ABREU GLORIA	UFMG	Coordenador(a)
PAULO JOSE DO AMARAL SOBRAL	USP	Consultor(a)
REGILDA SARAIVA DOS REIS MOREIRA ARAUJO	FUFPI	Consultor(a)
RENATA CRISTINA FERREIRA BONOMO	UESB	Consultor(a)
ROSIANE LOPES DA CUNHA	UNICAMP	Consultor(a)
SEVERINO MATIAS DE ALENCAR	USP/ESALQ	Consultor(a)
TATIANA EMANUELLI	UFMS	Consultor(a)
VANIA MARGARET FLOSI PASCHOALIN	UFRJ	Consultor(a)
VIVALDO SILVEIRA JUNIOR	UNICAMP	Consultor(a)